



Estudo revela que imigrantes que vivem no Porto se sentem traídos

Ana Cristina Pereira

Passagem “da hospitalidade para a hostilidade” nos serviços públicos, verificada de 2023 para 2024, foi estudada no Porto

Atraídos por um discurso de abertura, muitos estrangeiros foram apanhados de surpresa pelo fim da manifestação de interesse de autorização de residência, a morosidade dos processos de regularização, o recuo dos serviços de apoio à inclusão e outras mudanças em curso. Alguns sentem-se traídos. O Sul do país concentra os estudos sobre migrações, mas, nos últimos anos, todos os distritos viram aumentar a população estrangeira residente. Em termos percentuais, foi o concelho do Porto que mais cresceu de 2023 para 2024.

Joana Topa, da Universidade da Maia, e Ana Luísa Martinho, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, quiseram ir para lá dos números. Delinearam o projecto de investigação MIGAP - Migração no Porto. Juntaram-se-lhes mais de 20 investigadores, incluindo Joana S. Marques, do Iscte-IUL.

Com apelos em vários sítios, chegaram a 73 migrantes, maiores de 18 anos, oriundos de um país terceiro, a viver em Portugal há mais de três meses e menos de cinco anos, a residir no Porto ou nos concelhos limítrofes, fluentes em português, espanhol, inglês ou francês. As entrevistas foram em Maio e Junho de 2024.

Promessa quebrada

Migraram por várias razões. “O salário no meu país é muito baixo e as coisas lá são muito caras”, disse uma das pessoas entrevistadas. “Um dos motivos é mesmo um problema de saúde”, disse outra. “Foi quando começou a guerra na Ucrânia”, disse mais uma. “Em Colômbia a situação é muito complicada, demasiada violência”, disse ainda outra. “Ganhei uma bolsa de doutoramento aqui na universidade”, disse mais outra.

Portugal foi muitas vezes eleito por incluir uma promessa de processo de regularização facilitado. “A documentação era menor, os requisitos eram menos também”, explicou uma entrevistada. “O nosso primeiro plano não era Portugal. Realmente era a Espanha, porque nossa família é espanhola. Mas há muitas dificuldades migratórias em Espanha”, explicou outra.

Numa conversa *online* com o PÚBLICO, as investigadoras Joana



Nos últimos anos todos os distritos viram aumentar a população estrangeira residente

Topa, Ana Luísa Martinho e Joana S. Marques lembram que Portugal nunca foi perfeito, mesmo quando ocupava os primeiros lugares do Índice de Políticas de Integração Migratória. “As práticas eram sempre menos risonhas do que as políticas”, realça Ana Luísa Martinho. Os imigrantes sempre enfrentaram atrasos nas respostas processuais, desconhecimento dos seus direitos nos serviços públicos, dificuldades no acesso à habitação, múltiplas formas de discriminação ou morosidade no reconhecimento das qualificações.

A partir de 2023, tudo se agravou. Primeiro, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) deram lugar à Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Depois, acabou a maior via de acesso à autorização de residência: a manifestação de interesse, que permitia chegar, inscrever-se nas finanças e na segurança social, e começar a trabalhar. De então para cá, outras mudanças têm vindo a ser aprovadas no sentido de dificultar a entrada e fixação de estrangeiros no território nacional.

Há quem se sinta engolido pela burocracia, pela morosidade e pelo custo dos processos de regularização: “Emprego não pode sem manifestação de interesse, manifestação de interesse não pode sem emprego, sim, é um ciclo, não pode sair do ciclo [sic].” E há quem se queixe de falta de apoio: “Então, talvez falta, não sei,

um programa, algo confiável, que diga ‘oh, as coisas são dessa forma, que você tem que ter um currículo assim [sic].’”

Há quem seja apanhado pela precariedade: “Não tenho contrato e me disseram que não iriam dar contrato [sic].” Há quem não encontre emprego compatível com as qualificações: “Não consegui o trabalho mais simples da minha área e então isto mexeu muito comigo.” Há quem se queixe da ganância dos senhorios: “Para mim foi muito difícil arranjar casa, preços muito elevados, sítios que não são dignos.”

“As pessoas vieram com uma expectativa e, de um momento para o outro, ficaram num limbo”, comenta Joana S. Marques. “Não podem trabalhar, não podem investir em negócios, são empurradas para situações de vulnerabilidade.” E em seu redor proliferam intermediários, que

cobram valores inoportáveis. É como se tivesse sido quebrada a promessa de integração, que não é só portuguesa, é europeia. Nas palavras de Joana Topa, “traziam um sonho”. “Iam viver na Europa.” Que Europa é esta, afinal? “Parece que chegaram, mas o sonho não se cumpre. Ficaram num não-lugar.”

Já há um livro – editado pelo CEOS. PP – *Estudo Sobre as Tendências Migratórias no Porto*. Agora, estas três investigadoras assinam um artigo na revista *Social Inclusion*, num número dedicado ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assente nas ideias de igualdade de oportunidades, condições de trabalho justas, protecção e inclusão sociais. Vão apresentá-lo na 4.ª Conferência SocioDigital Lab for Public Policy, que decorre no Iscte, em Lisboa, nos dias 19 e 20 de Novembro.

Embora continue a ser visto como um país amigável, o país adopta medidas cada vez mais duras. Nos serviços públicos, os estrangeiros notam a passagem “da hospitalidade para a hostilidade”. Muitos dos antigos funcionários do ACM foram tomados pelos processos de regularização. E a nova agência revela-se pessoal e inacessível. No espaço público, muitas pessoas deparam-se com discriminação verbal. “Muitas pessoas decidiram imigrar com base na imagem de Portugal como país acolhedor e chegam cá e confrontam-se com um conjunto de obstáculos e têm mesmo dificuldade de fazer amigos”, resume Joana S. Marques.

Joana Topa, da Universidade da Maia, e Ana Luísa Martinho, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, quiseram ir para lá dos números